

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio Jari SP Participações S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Rio Jari SP Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Rio Jari SP Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Jari SP Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir corretamente o montante do capital social em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 27 de abril de 2022, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

Rio Jari SP Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	260	324	69.658	61.129
Aplicação financeira		-	-	1.214	12.738
Contas a receber de clientes	6	-	-	113.885	110.454
Estoques	7	-	-	198.933	133.547
Impostos a recuperar	8	31	38	36.616	35.395
Despesas antecipadas		-	-	319	229
Outros créditos		-	-	8.405	1.250
Total do ativo circulante		291	362	429.030	354.742
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira		-	-	15.749	-
Depósitos judiciais		-	-	433	371
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	403
Investimentos	11	348.897	324.043	4	4
Imobilizado	10	-	-	109.409	77.410
Intangíveis	12	-	-	178.049	178.252
Direito de uso	13	-	-	80.599	24.924
Total do ativo não circulante		348.897	324.043	384.243	281.364
Total do ativo					
		349.188	324.405	813.273	636.106

Rio Jari SP Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fornecedores		-	-	40.897	60.204
Fornecedores risco sacado	16	-	-	34.272	9.315
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	72.412	35.704
Impostos a recolher		-	-	2.145	5.184
Salários e férias a pagar		-	-	12.233	7.985
Provisão para contingências	17	-	-	428	337
Outras contas a pagar		1	1	8.399	15.689
Arrendamento direito de uso	13	-	-	7.318	8.129
Dividendos a pagar	18.c	2.342	3.278	2.343	3.278
Total do passivo circulante		2.343	3.279	180.447	145.825
Não circulante					
Fornecedores		-	-	3.975	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	196.988	146.743
Impostos diferidos	9	-	-	2.719	1.062
Outras contas a pagar		-	-	5.772	23
Arrendamento direito de uso	13	-	-	74.348	19.420
Total do passivo não circulante		-	-	283.802	167.248
Patrimônio líquido	18				
Capital social		287.170	283.892	287.170	283.892
Transações de capital		(31.797)	(31.797)	(31.797)	(31.797)
Reserva de lucros		91.270	69.031	91.270	69.031
Ajuste acumulado de conversão		202	-	202	-
Total do patrimônio líquido		346.845	321.126	346.845	321.126
Acionistas não controladores		-	-	2.179	1.907
Total do patrimônio líquido e acionistas não controladores		346.845	321.126	349.024	323.033
Total do passivo e patrimônio líquido		349.188	324.405	813.273	636.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	19	-	-	480.625	319.223
Custo das vendas	20	-	-	(310.056)	(186.003)
Lucro bruto		-	-	170.569	133.220
Receitas e despesas operacionais					
Despesas de vendas	20	-	-	(93.909)	(75.780)
Despesas administrativas	20	(81)	(73)	(28.990)	(21.049)
Equivalência patrimonial	11	24.729	34.492	-	-
Outras receitas e despesas líquidas	20	-	76	4.767	5.514
Resultado antes do resultado financeiro		24.648	34.495	52.437	41.905
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	13	7	15.012	22.933
Despesas financeiras	21	(2)	(1)	(39.418)	(27.457)
		11	6	(24.406)	(4.524)
Resultado antes dos impostos		24.659	34.501	28.031	37.381
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-	(3.100)	(2.500)
Lucro líquido do exercício		24.659	34.501	24.931	34.881
Atribuível a:					
Acionistas controladores		24.659	34.501	24.659	34.501
Acionistas não controladores		-	-	272	380
		24.659	34.501	24.931	34.881
Lucro líquido por ação		0,09	0,14	0,09	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	24.659	34.501	24.931	34.881
Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:				
Variação cambial controlada	125	-	125	-
Total de resultado abrangente do período	24.784	34.501	25.056	34.881
Atribuível a:				
Acionistas controladores			24.784	34.501
Acionistas não controladores			272	380
			25.056	34.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Acionistas controladores								Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Transações de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total	Total		
			Legal	Reserva para investimentos	Ajustes acumulados de conversão					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	277.932	(31.797)	3.107	34.701	-	-	283.943	1.527	285.470	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.501	34.501	380	34.881	
Reserva legal	-	-	1.725	-	-	(1.725)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.278)	(3.278)	-	(3.278)	
Retenção de lucros	-	-	-	29.498	-	(29.498)	-	-	-	
Integralização de capital	5.960	-	-	-	-	-	5.960	-	5.960	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	283.892	(31.797)	4.832	64.199	-	-	321.126	1.907	323.033	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.659	24.659	272	24.931	
Reserva legal	-	-	1.233	-	-	(1.233)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.343)	(2.343)	-	(2.343)	
Retenção de lucros	-	-	-	21.006	77	(21.083)	-	-	-	
Integralização de capital	3.278	-	-	-	-	-	3.278	-	3.278	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	125	-	125	-	125	
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	287.170	(31.797)	6.065	85.205	202	-	346.845	2.179	349.024	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.659	34.501	28.031	37.381
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	9.356	7.880
AVP arrendamento	-	-	4.681	1.451
Amortização direito de uso	-	-	7.759	10.020
Provisão (reversão) para giro lento de estoque	-	-	448	748
Provisão (reversão) créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.076)	1.858
Provisão (reversão) contingências judiciais	-	-	91	14
Juros/atualização financiamentos	-	-	16.096	12.987
Ajuste a valor presente	-	-	4.159	(525)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	145	59
Crédito tributário oriundo de ação judicial	-	-	(1.936)	(30.918)
Outros	-	(76)	-	(76)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.729)	(34.492)	-	-
Varição de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.193)	(20.582)
Estoques	-	-	(67.665)	(54.984)
Impostos a recuperar	7	-	717	5.487
Outros ativos	-	-	(7.360)	(6.687)
Fornecedores	-	-	8.589	50.761
Salários e encargos	-	-	5.987	(2.825)
Impostos e contribuições a recolher	-	11	(389)	1.957
Outros passivos	(1)	-	(7.247)	12.560
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(64)	(56)	(2.807)	26.566
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aplicação Financeira	-	-	(4.225)	-
Recebimento pela venda de imobilizado	-	-	6	19
Compras de imobilizado e aplicações no intangível	-	-	(41.304)	(17.142)
Disponibilidades líquidas aplicados nas atividades de investimentos	-	-	(45.523)	(17.123)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	135.103	166.113
Pagamento arrendamento	-	-	(13.998)	(9.769)
Amortização financiamentos	-	-	(64.246)	(124.411)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicados) nas atividades de financiamento	-	-	56.859	31.933
Aumento ou diminuição no saldo de caixa e equivalentes	(64)	(56)	8.529	41.376
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes no início do exercício	324	380	61.129	19.753
Caixa e equivalentes no final do exercício	260	324	69.658	61.129
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(64)	(56)	8.529	41.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Jari SP Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é na Rua Gomes de Carvalho 1356, conjunto 82, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Em 30 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Companhia Brinox Metalúrgica S.A. situada em Caxias do Sul - RS, Brasil. A investida tem por objetivo: a) a fabricação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, panelas, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidros e demais matérias-primas disponíveis no mercado; b) comercialização dos produtos industrializados, bem como matérias primas destinadas à fabricação dos mesmos; c) beneficiamento, importação e exportação dos produtos acima citados.

Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios.

Em face ao novo cenário causado pelo COVID-19, a Companhia e suas controladas adotaram medidas de prevenção e cuidado com seus profissionais, e mantiveram suas instalações de produção e distribuição operando sem interrupções significativas, aderiram a políticas do Governo com relação a suspensão de contratos de trabalho relacionados a pessoas do grupo de risco e realizaram adequações em turnos em seu quadro de funcionários.

O cenário de pandemia global incorporou incertezas à operacionalização de diversos modelos de negócio, e o fortalecimento das vendas através de canais e-commerce e site da loja possibilitou que a Companhia continuasse crescendo em relação ao período pré pandemia de Coronavírus (COVID-19).

A Companhia e suas controladas realizaram a avaliação dos impactos da COVID-19 em suas operações, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao *impairment* de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes, que pudessem impactar na realização dos mesmos.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi originalmente aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2022, e o relatório do auditor foi emitido sem modificação.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Posteriormente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar da conta de “Dividendos a pagar”, registrada em seu passivo circulante, para o “Capital social, apresentado no patrimônio líquido, o montante de R\$3.278 para refletir o aumento de capital deliberado em assembleia de sócios durante o exercício de 2021. Dessa forma, a administração concluiu pela reapresentação de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o previsto no CPC23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas estimativas Contábeis e Correção de Erros. A demonstração das mutações do patrimônio líquido também está sendo reapresentada para refletir esse efeito, sendo que não houve alterações nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa.

A apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 24 de junho de 2022.

2.2. Base de consolidação

A demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Brinox Metalúrgica S.A. e da controlada indireta Roceral S.A., conforme apresentado a seguir:

Razão social	País	Relação	Percentual de participação	
			31/12/2021	31/12/2020
Brinox Metalúrgica S.A.	Brasil	Direta	98,91	98,91
Roceral S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

O custo de constituição da sociedade controlada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

A Companhia avalia periodicamente o valor recuperável de seus investimentos. Quando a participação da Companhia na perda da controlada for igual ou ultrapassar o valor do investimento, a Companhia não reconhece perda adicional, a menos que tenha assumido obrigações, tenha efetuado pagamentos em nome dessas sociedades ou realizado adiantamentos para futuro aumento de capital.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações foram registradas na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

O CPC 47- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.7. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Matérias primas e material de uso e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

Computadores e softwares	5 - 16 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 27 anos
Móveis e utensílios	4 - 30 anos
Moldes e Matrizes	10 - 20 anos
Instalações e Benfeitorias	10 - 30 anos
Veículos	5 -10 anos

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado--Continuação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.10. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	<u>Alíquotas médias</u>
IPI - Imposto sobre produto industrializado	8,44%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	8,26%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	5,84%
PIS - Programa de Integração Social	1,27%
ICMS ST	0,53%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributação--Continuação

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.13. Lucro líquido por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade de ações do capital social ao final do exercício, de acordo com a legislação societária.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accounting".

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.15. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.16. Risco Sacado

Nas operações da Controlada Brinox, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação original. Esta operação não altera os valores e natureza passiva e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Os prazos não são alterados significativamente e há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico-financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia. Considerando tais características e a essência destas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de Fornecedores risco sacado.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos sobre o lucro: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: o ágio é alocado as unidades geradoras de caixa e é efetuado teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Mudanças nas políticas contábeis

Não existem novas normas e interpretações emitidas que tenham, na opinião da Administração, gerado, ou que possam vir a gerar impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

5. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixas e bancos	1	7	10.895	8.560
Aplicações financeiras	259	317	58.763	52.569
	260	324	69.658	61.129

As aplicações financeiras são remuneradas de 70% a 106% da taxa do CDI e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Cientes a receber - mercado interno	105.830	110.617
Cientes a receber - exterior	16.166	8.187
	121.996	118.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.494)	(7.570)
Ajuste a valor presente	(1.617)	(377)
	(113.885)	110.857
Circulante	113.885	110.454
Não circulante	-	403

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
Títulos a vencer	96.714	93.850
Títulos vencidos até 30 dias	10.467	10.834
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.684	3.390
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.824	892
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	2.130	2.117
Títulos vencidos há mais de 181 dias	8.177	7.721
	121.996	118.804

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(7.570)	(5.712)
Adições	(2.119)	(2.290)
Reversões	3.195	432
Saldo no final do exercício	(6.494)	(7.570)

7. Estoques

	Consolidado	
	2021	2020
Produtos acabados	38.534	33.818
Produtos em elaboração	60.688	27.418
Matérias-primas	42.212	20.967
Mercadoria para Revenda	43.251	35.877
Material de uso e consumo	2.146	1.198
Adiantamento a fornecedores	15.597	15.435
Ajuste a valor presente	(2.208)	(326)
Provisão para estoque obsoleto	(1.287)	(840)
	198.933	133.547

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar	-	-	4.934	2.619
PIS a recuperar	-	-	3.645	5.680
COFINS a recuperar	-	-	16.713	25.567
ICMS ativo permanente	-	-	674	497
IPI a recuperar	-	-	9.383	-
Outros impostos	31	38	1.267	1.032
Total circulante	31	38	36.616	35.395

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens do ativo imobilizado, utilizados em processos produtivos da controlada da Companhia.

PIS e COFINS

Em 07 de dezembro de 2020, foi certificado o trânsito em julgado da ação da controlada Brinox, a qual determina a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou que o prazo de prescrição é de 05 anos ("prescrição quinquenal"), considerando-se que o processo foi ajuizado após a vigência da LC 118/2005. A ação foi ajuizada em 11 de outubro de 2007, razão pela qual os valores a recuperar retroagem à competência 10/2002.

No que se refere ao ICMS a ser excluído, a decisão reconheceu o direito da controlada Brinox em excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado nas notas fiscais de saída de mercadorias. Desta forma, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos efetuaram análise detalhada do tema, chegando à conclusão de que há argumentos sólidos para embasar o reconhecimento da integralidade dos Créditos do PIS e da COFINS calculados sobre o montante destacado de ICMS nas notas fiscais de vendas.

Desta forma, à luz do que prescreve o CPC 25, considerou-se que o ativo não era contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, bem como o valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade.

O valor apurado considerando o ICMS destacado nas notas fiscais, relativo as competências de outubro de 2002 a março de 2019, foi de R\$30.918 (R\$17.501 principal e R\$13.417 de correção monetária). O crédito foi habilitado junto à Receita Federal do Brasil em junho de 2021.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$14.938 (R\$30.918 em 31 de dezembro de 2020), seja compensado em até 12 (doze) meses.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Impostos de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
IRPJ/CSLL diferido sobre prejuízos fiscais	5.934	5.934
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	26.068	24.251
Total ativo	32.002	30.185
IRPJ diferido sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(6.236)	(12.083)
Contribuição social diferida sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(2.245)	(4.350)
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	(26.240)	(14.814)
Total passivo	(34.721)	(31.247)
Total líquido tributos diferidos	(2.719)	(1.062)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

Os principais saldos de contribuição social e imposto de renda diferidos são originários do efeito da incorporação da empresa anteriormente controladora Celle Participações Ltda. ("Celle") por esta Companhia, tendo como fundamento o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Companhia pela Celle. Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos resultam da aplicação dos conceitos da Interpretação ICPC 09 no momento da incorporação reversa de Celle Participações Ltda em 30 de agosto de 2011.

A amortização do ágio para fins fiscais será efetuada em 84 meses, com base em laudo de especialista que suporta os fundamentos do ágio. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente.

O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborado pela administração, que comprova a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, e que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de dez anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Impostos de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.659	34.501	28.031	37.381
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IR (25%) e CS (9%) à taxa nominal	(8.384)	(11.730)	(9.531)	(12.710)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	8.384	11.727	-	-
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	-	686	2.868
Subvenção para investimentos	-	-	6.193	3.084
Impacto da não tributação de créditos tributários	-	-	1.181	4.562
Outras exclusões/adições	-	3	(1.629)	(304)
Total do IR e CS	-	-	(3.100)	(2.500)
Diferido	-	-	(1.657)	3.910
Corrente	-	-	(1.443)	(6.410)

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

10. Ativo imobilizado

	Consolidado								
	Benfeitorias em prédios de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Moldes e matrizes	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
31 de dezembro de 2020	1.630	7.821	73.132	52.929	5.985	3.696	298	5.834	151.325
Adições	2.128	20	21.918	51	1.693	1.298	-	13.947	41.055
Transferências	-	1.892	1.342	2.307	1	-	-	(5.594)	(52)
Baixas	-	-	(1)	(579)	(16)	(3)	-	-	(599)
31 de dezembro de 2021	3.758	9.733	96.391	54.708	7.663	4.991	298	14.187	191.729
Depreciação									
31 de dezembro de 2020	(179)	(3.022)	(37.364)	(29.088)	(2.177)	(1.823)	(262)	-	(73.915)
Depreciações	(109)	(500)	(5.028)	(2.433)	(441)	(375)	(1)	-	(8.887)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	467	12	3	-	-	482
31 de dezembro de 2021	(288)	(3.522)	(42.392)	(31.054)	(2.606)	(2.195)	(263)	-	(82.320)
Saldos em 2020	1.451	4.799	35.768	23.841	3.808	1.873	36	5.834	77.410
Saldos em 2021	3.470	6.211	53.999	23.654	5.057	2.796	35	14.187	109.409

A Companhia revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado é necessária.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Brinox Metalúrgica S.A.	197.868	173.014	-	-
Ágio	151.029	151.029	-	-
Outros	-	-	4	4
	348.897	324.043	4	4

O investimento em controladas é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Brinox Metalúrgica S.A.	
	2021	2020
Ativo circulante	428.739	328.426
Ativo não circulante	233.214	131.076
Passivo circulante	178.103	117.334
Passivo não circulante	283.802	167.248
Patrimônio líquido	200.048	174.920
Receita líquida	480.625	310.758
Lucro líquido do exercício	25.002	34.872
Percentual de participação	98,91%	98,91%
Resultado de equivalência patrimonial	24.729	34.492

A movimentação do investimento em controlada está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	324.043	289.475
Equivalência patrimonial	24.729	34.492
Ajuste de avaliação patrimonial	125	76
Saldo no final do exercício	348.897	324.043

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

12. Intangíveis

Consolidado

	Ágio Coza	Ágio Sigma	Ágio Brinox	Softwares e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	24.005	898	151.029	2.320	178.252
Custo do intangível					
Adições	-	-	-	266	266
	24.005	898	151.029	2.586	178.518
Amortização					
Amortizações	-	-	-	(469)	(469)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.005	898	151.029	2.117	178.049

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio no valor de R\$24.005 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Coza Utilidades Plásticas Ltda., incorporada em 2012 e o ágio de R\$898 foi alocado à unidade geradora de caixa representada pela empresa Sigma Trading Ltda., incorporada à empresa Brinox Metalúrgica S.A. em 2015. Em 2021 foi realizado teste específico para suportar os ágios baseados em expectativas de rentabilidade futura (*goodwill*).

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e as taxas de crescimento do EBITDA. Os valores determinados para as premissas chave representaram a avaliação da Administração às tendências futuras no segmento operacional da controlada e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem sua a média ponderada:

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, e na média ponderada do custo de capital de uma indústria em que essa UGC atua.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada baseada na estimativa da administração da taxa anual composta de crescimento do EBITDA, a qual a administração acredita estar consistente com a premissa de mercado.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

12. Intangíveis--Continuação

Consolidado--Continuação

O EBITDA projetado foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- A receita utilizada na projeção está de acordo com o Business Plan elaborado pela administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país. Após o período de projeção de 5 exercícios, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico.
- Os impostos sobre as vendas são identificados conforme estimativa aproximada de alíquotas vigentes no país em 31 de dezembro de 2021. Os impostos significativos são os seguintes: PIS - Programa de Integração Social; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.
- O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no percentual histórico observado em anos anteriores.
- As despesas operacionais foram projetadas com base no percentual histórico observado em anos anteriores e foi baseado nas necessidades de expansão da base administrativa para suportar o crescimento estimado de receita.

O valor recuperável estimado para as UGCs Coza, Sigma e Brinox foram superiores aos seus valores contábeis, não requerendo o reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

13. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)

A Companhia realizou, em conjunto com suas controladas, a análise de seus contratos e identificou contratos de arrendamento elegíveis para aplicação do CPC 06 (R2) e avaliou os impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e aplicou a abordagem de transição simplificada ("método retrospectivo modificado") e não apresentou os valores comparativos do ano anterior à adoção. A Companhia avaliou, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujo ativos são de baixo valor.

A Companhia possui contratos de locação, firmados com terceiros, os quais estão sendo classificados como arrendamento mercantil, que preveem a opção de renovação e rescisão. Estas opções são negociadas pela Administração para obter flexibilidade na gestão da carteira de ativos arrendados e alinhar-se as necessidades de negócio da Companhia. As taxas de desconto que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, foram obtidas com base nos principais índices de inflação do mercado e taxa estimada para captação de empréstimo caso optássemos pela obtenção do objeto de arrendamento com prazos e cenários semelhantes. A taxa média utilizada corresponde a 8,45% a.a.

O quadro abaixo evidencia a taxa praticada, os vencimentos e prazos dos contratos:

<u>Contratos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Prazos (Meses)</u>
Contrato de Aluguel do Imóvel - Brinox CX	18/05/2031	120
Contrato de Aluguel do imóvel - Brinox SP	31/08/2024	60
Contrato de Aluguel do imóvel - Brinox ES	31/12/2030	123
Contrato de Aluguel do imóvel - Brinox ES	30/09/2023	36
Contrato de Aluguel do imóvel - Brinox ES	30/09/2023	36
Contrato de Aluguel do imóvel - Brinox ES	31/12/2030	120
Contrato de Aluguel do Imóvel - Brinox CX	18/05/2031	120

A movimentação dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento no exercício de 2021 estão apresentadas abaixo:

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

13. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)--Continuação

Consolidado

Ativo de direito uso

Saldo em 1º de janeiro de 2021	24.924
Novos contratos/remensuração	63.434
Depreciação	(7.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.599

Passivo de arrendamento

Saldo em 1º de janeiro de 2021	27.549
Novos contratos/remensuração	63.434
Pagamentos	(13.998)
Ajuste a valor presente	4.681
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.666

Circulante	7.318
Não circulante	74.348

Os compromissos futuros de longo prazo, oriundos destes contratos, estão apresentados a seguir:

	<u>2021</u>
2023	7.788
2024	7.150
2025	7.413
2026	8.039
2027	8.718
2028	9.455
2029	10.254
2030	11.120
2031	4.411
Total	74.348

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos	Moeda	2021	2020
FINAMES Banco do Brasil	2,5 a 6% a.a.	Reais	374	680
FUNDOPEM - BNDES	IPCA + 3,0% a.a.	Reais	578	1.370
Banco Itaú - Debêntures (Nota 15)	CDI + 4,25% a.a.	Reais	89.029	89.151
Banco Brasil ACC Exportação	3,98% a.a.	Dólar	8.356	4.976
Banco Bransul ACC Exportação	2,95% a.a.	Dólar	5.300	1.712
Banco Itaú ACC Exportação	4,15% a.a.	Dólar	1.634	-
Capital de Giro Banco do Brasil	CDI + 4,12% a.a.	Reais	29.333	6.129
Capital de Giro Santander	CDI + 3,15 a 4,03% a.a.	Reais	15.693	5.597
NCE Bradesco	CDI + 3,50 a 4,57% a.a.	Reais	6.826	6.670
Capital de Giro Banestes	CDI + 3,90% a.a.	Reais	12.117	-
Capital de Giro Caixa Econômica Federal	CDI + 2,99 a 9,40% a.a.	Reais	32.513	9.755
Capital de Giro Banco Bradesco	CDI + 3,92% a.a.	Reais	-	1.894
Capital de Giro Banco Safra	CDI + 4,89 a 6,05% a.a.	Reais	12.103	5.482
Capital de Giro Banco Nordeste	IPCA + 2,37 a 3,66% a.a.	Reais	9.790	4.363
Capital de Giro Banco BBM	CDI + 4,00% a.a.	Reais	8.795	8.943
FINEP	TJLP + 3,00% a.a.	Reais	36.255	29.507
FINIMP Banco Santander	4,32% a.a.	Reais	-	5.825
Banco Leasing	Taxa 0,80 a 1,14% a.a.	Reais	704	393
			269.400	182.447
Passivo circulante			72.412	35.704
Passivo não circulante			196.988	146.743

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2021
2023	67.395
2024	69.056
2025	26.603
2026 a 2030	33.934
Total	196.988

As garantias dadas aos empréstimos e financiamentos incluem duplicatas do contas a receber, imobilizado, e cartas fiança.

A Companhia possui cláusulas restritivas ("covenants") na operação da Debêntures e na operação de capital de giro junto à instituição financeira Caixa Econômica Federal. O detalhamento do indicador das debêntures está descrito na Nota Explicativa 16. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu os indicadores estipulados em contrato.

Em decorrência desses financiamentos, algumas obrigações devem ser mantidas pela Companhia. O vencimento dos empréstimos de longo prazo ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado. Abaixo, demonstramos os principais:

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- Ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extra judicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- Existência de títulos protestados;
- Inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- Deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;

Se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras.

15. Debêntures

A Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a emissão de debêntures em 03 de dezembro de 2020, no valor nominal de R\$90.000. A emissão ocorreu em série única, correspondendo a 90 (noventa) debêntures.

O vencimento das debêntures ocorrerá durante os 4 (quatro) anos contados da data de emissão, com vencimento final, portanto, em 03 de dezembro de 2024, ressalvada a eventual declaração de Vencimento Antecipado e Resgate Antecipado Facultativo.

O contrato prevê também covenants financeiros (dívida líquida/EBITDA e EBITDA/despesas financeiras líquidas). A Companhia e os detentores das debêntures já acordaram que, para efeito de cálculo considera-se EBITDA o lucro operacional antes do resultado financeiro, acrescido das depreciações e amortizações e sendo certo que as receitas financeiras provenientes das vendas a prazo deverão ser somadas novamente a receita operacional, realizada em conformidade com a Lei nº 11.638/12 CPC12 representados pelo ajuste a valor presente, sempre considerados os 12 meses anteriores ao da apuração. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu os indicadores estipulados no contrato.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em (12) parcelas e será realizado trimestralmente, sempre no dia 03 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário. A primeira parcela será paga em 03 de março de 2022, após decorrido o prazo de carência de 12 (doze) meses. Ocorrendo impontualidade no pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

15. Debêntures--Continuação

As debêntures fazem jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da CDI, acrescida de taxa de 4,25 % (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (CDI acumulado 2,76% em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de debêntures é de R\$ 89.029, sendo, R\$ 22.756 classificado no passivo circulante e R\$ 66.273 no passivo não circulante, apresentado na Nota Explicativa nº 15 (empréstimos e financiamentos).

16. Fornecedores Risco Sacado

A Companhia possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Maiores detalhes sobre essas operações estão incluídos na nota 2.16.

17. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi registrada no passivo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável, sendo representada por ações trabalhistas.

	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhista	428	337
	428	337

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	337	323
Adições	91	14
Saldo no final do exercício	428	337

Os assessores jurídicos da Companhia descrevem em três grupos a probabilidade de ocorrência de perdas sobre os processos nos quais a Companhia figura como ré: a) perdas possíveis; b) perdas prováveis e c) perda remota. Tal classificação foi efetuada com base nas jurisprudências existentes sobre as questões discutidas e nas instâncias em que se encontram as discussões.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Dentre os processos estão os montantes de R\$21.293 (R\$20.747 em 2020), R\$49.616 (R\$48.269 em 2020), R\$32.819 (R\$31.845 em 2020), R\$35.385 (R\$34.128 em 2020) e R\$37.154 (R\$0,00 em 2020) que se referem ao auto infração expedido pela Receita Federal do Brasil relacionado ao ágio por incorporação reversa e sua amortização referente aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, 2016 e 2017. Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2021, os processos trabalhistas com perda possível totalizavam R\$1.079 (R\$43 em 2020) e os processos cíveis totalizavam R\$549 (R\$501 em 2020).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

No exercício de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela capitalização do saldo de dividendos a pagar de anos anteriores no montante de R\$ 3.278. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 287.170, dividido em 286.792.544 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas

Reserva de investimentos e capital de giro

Constituída conforme o artigo 22, parágrafo primeiro do Estatuto Social. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções ou acréscimos por constituição da reserva legal e distribuição de dividendos terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 10% do lucro líquido do exercício deduzido da Reserva Legal. Para o exercício de 2021 os dividendos mínimos obrigatórios totalizaram R\$2.343, conforme demonstrado abaixo:

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

	<u>2021</u>
Lucro líquido	24.659
(-) Reserva Legal	<u>(1.233)</u>
Base de cálculo para dividendos	<u>23.426</u>
Dividendos mínimo propostos no exercício	<u>2.343</u>

19. Receita líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de produtos mercado interno	529.626	410.667
Receita de produtos mercado externo	95.459	17.212
Receita de subvenção (nota explicativa 24)	17.862	8.839
Ajuste a valor presente	(5.424)	(2.304)
Impostos sobre vendas	(129.514)	(99.641)
Devoluções e abatimentos	(27.384)	(15.550)
	480.625	319.223

20. Despesas por natureza e função

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Classificação por natureza		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(237.538)	(131.344)
Despesas com pessoal	(78.896)	(57.077)
Comissões, fretes e demais sobre vendas	(32.538)	(29.878)
Depreciação e amortização	(9.355)	(7.883)
Amortização Direito de Uso	(7.759)	(10.092)
Energia elétrica	(3.578)	(2.641)
Prestadores de serviços	(15.001)	(7.800)
Locações de máquinas, imóveis e veículos	(1.519)	(589)
Despesas com manutenções	(6.448)	(3.907)
Outras despesas	(35.556)	(26.107)
	(428.188)	(277.318)
Custo dos produtos vendidos	(310.056)	(186.003)
Despesas com vendas	(93.909)	(75.780)
Despesas administrativas	(28.990)	(21.049)
Outras receitas e despesas operacionais	4.767	5.514
	(428.188)	(277.318)

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2021	2020
Juros sobre a cobrança de clientes	240	308
Juros sobre aplicação financeira	1.688	1.078
Descontos obtidos	509	251
Variações cambiais ativas	5.738	5.097
Outras receitas financeiras (a)	2.653	13.581
Receita financeira de ajuste a valor presente	4.184	2.618
Receitas financeiras	15.012	22.933
Descontos concedidos	(2.834)	(2.387)
Serviços e taxas bancárias	(2.237)	(3.056)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.916)	(11.500)
Variações cambiais passivas	(6.588)	(7.512)
Outras despesas financeiras	(4.105)	(1.068)
Despesa financeira de ajuste a valor presente	(6.738)	(1.934)
Despesas financeiras	(39.418)	(27.457)
Resultado financeiro	(24.406)	(4.524)

(a) Correção monetária decorrente do crédito tributário de Pis e Cofins (nota explicativa 8).

22. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de sua Controlada, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de sua Controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e de sua Controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco operacional--Continuação

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

	Consolidado	
	2021	2020
Total das exigibilidades	467.527	319.034
Caixa e equivalentes de caixa	(69.658)	(61.129)
Aplicações Financeiras	(16.963)	(12.738)
Dívida líquida (A)	380.906	245.167
Total do patrimônio líquido (B)	345.746	323.033
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	110%	77%

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Risco operacional--Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros - Consolidado

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	69.658	69.658	-	61.129	61.129
Aplicações financeiras		16.693	-	16.693	12.738	-	12.738
Contas a receber de clientes	6	-	113.885	113.885	-	110.857	110.857
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	269.400	269.400	-	182.447	182.447
Fornecedores e fornecedores risco sacado		-	75.169	75.169	-	69.519	69.519
Total		16.693	528.112	544.805	12.738	423.952	436.690

Risco cambial - Consolidado

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

23. Receita de Subvenções Governamentais

Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas.

A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Brinox apurou o montante de R\$18.214, que foram subsequentemente destinados à constituição da reserva de subvenção para investimentos no patrimônio líquido da controlada.

Rio Jari SP Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros consolidado contra sinistros era estipulada em R\$472.053.